

Houveram por bem os tradutores acrescentar que o radical dos imparissilábicos se descobre melhor no genitivo plural. Mas isso não é uma peculiaridade dos nomes imparissilábicos (de fato é da declinação latina, em geral), nem, a nosso ver, tal explicação é pertinente. Ela só o é quando ocorre a observação de que os nomes imparissilábicos fazem o genitivo plural em *-um* e os parissilábicos, em *-iumà*. Mas esse confronto não foi feito no texto (que é lexical e não gramatical), de modo que tal explicação, mais correta do ponto de vista histórico, não cabia no verbete. Assim *dux* é imparissilábico e faz o genitivo plural em *-ium* (ducum); *ars* é também imparissilábico, mas faz o genitivo plural em *-ium* (artium), por se tratar de um tema sonântico. Por outro lado, *dens*, tema consonântico faz o genitivo plural *dentium*. São fatos conhecidos; mas o que queremos dizer é que o seu lugar é na gramática e não no dicionário.

Os tradutores, em *imparissilábico*, remetem para *parissilábico*, que no texto não existe. O que se encontra, certamente por lapso, é *parassilábico*.

E claro que se fôssemos comentar os numerosos verbetes da obra, não iríamos dispor de espaço suficiente. Basta, portanto, assinalar que, conforme dissemos, o *Dicionário* é dos melhores e agora podemos juntar que a tradução brasileira se situou ao nível do original; e tenta mesmo, em certos casos, melhorá-lo.

(*Dicionário de Lingüística* de Jean Dubois, Mathée Giacomo, Louis Guespin, Christiane Marcellesi e Jean-Baptista Marcellesi e Jean-Pierre Mevel. Trad. Frederico p. Barros, Gesuina D. Ferretti, John R. Schimitz, Leonor S. Cabral, Maria E. L. Salum e Valter Khedi. Cultrix, 1978, São Paulo. 653 pp.)

JB - Suplemento Livro
[Carta aos leitores]
(26/8/78)

*

Anchieta e a evangelização do Brasil

No dia 22 de junho de 1980, o Santo Padre gloriosamente reinante, João Paulo II, elevava aos altares como beato o Padre José de Anchieta. Era o reconhecimento oficial pelo Vaticano de uma vida cristianissimamente vivida, que teve por cenário a selva brasileira e por interlocutores gente em idade da pedra, afeita à caça e ao nomadismo, guerreiros desnudos e antropófagos, numa palavra, homens sem Fé, nem Lei, nem Rei, para falar com Pedro de Magalhães de Gândavo.

No entanto, eram também criaturas de Deus e, como tais, redimidas pelo sangue de Cristo, cuja mensagem ainda não haviam recebido.

Desembarcou Anchieta na Bahia, em 1553, vindo na comitiva do 2.º Governador Geral, Duarte da Costa. Com o 1.º Governador Geral, Tomé de Sousa, chegara outro gigante espiritual, o não menos justamente famoso Pe. Manuel da Nóbrega, que passou a exercer as funções de superior dos jesuítas da Província do Brasil. Sabedor Nóbrega de que na capitania de São Vicente havia muita falta de doutrina, “porque os portugueses viviam quase como gentios, cativavam por escravos os índios, fazendo nesta matéria grandes insolências e infidelidades”,¹ tentou pôr cobro a tais desmandos e para isso, no mesmo ano de 1553, fez com que se deslocassem para São Vicente seis missionários, dentre os quais o irmão José de Anchieta.

Fundou-se então um colégio de catecúmenos e estabeleceu-se uma segunda casa da Companhia. Aí permaneceram os missionários que, em 1554, se passaram para os campos de Piratininga e nesse planalto, a 25 de janeiro, fundaram o Colégio de São Paulo, semente da progressista cidade do mesmo nome, que se tornaria a maior do Brasil.

“Em paupérrima e estreitíssima casinha”, diz Brasília Machado, “a 25 de janeiro, celebrou-se a primeira missa, e, como era o dia em que a Igreja comemorava a conversão do apóstolo São Paulo, esse nome ficou para a casa e, desta, mais tarde, para toda a capitania”.²

Em 1565 teve Anchieta de vir ao Rio de Janeiro, a fim de auxiliar Estácio de Sá na expulsão definitiva dos franceses da capitania. Tendo ido à Bahia em busca de reforços, aproveitou a estada para receber a ordenação sacerdotal e regressou ao Rio de Janeiro em 1567, com a ajuda prometida. A vitória final se deu em 20 de janeiro, dia de São Sebastião, mas a cidade já estava fundada desde 1.º de março de 1565, entre o morro Cara de Cão (hoje São João) e o Pão de Açúcar, devendo o seu nome ao jovem rei de Portugal, D. Sebastião.

Em 1560 fora Anchieta nomeado Reitor do Colégio de São Vicente, onde permaneceu seis anos. Em 1578 é feito Provincial da Companhia. Em 1585 renuncia ao provincialato por motivo de saúde. Passa então ao Espírito Santo, tendo fixado residência na aldeia de Reritigbá, onde veio a falecer, aos 64 anos de idade, no dia 9 de junho de 1597. Do total de anos de sua existência, 44 foram vividos no Brasil.

Do admirável apostolado que exerceu em terras de Santa Cruz, dois acontecimentos precisam ser destacados: o da pacificação dos tamoios e o da pretensa execução de João de Bolés.

O primeiro episódio está ligado às lutas para a expulsão dos franceses do Rio de Janeiro. Haviam os normandos (como foi hábito dizer) aliciado os índios tamoios a seu favor, e estes, em belicosa confederação, ameaçavam a permanência dos portugueses no Rio de Janeiro e mesmo em São Vicente. Determinou então o Pe. Manuel da Nóbrega de tratar pazes com eles. Partiram Nóbrega e Anchieta de São Vicente a 18 de abril de 1563 e a 5 de maio chegaram a Iperoígue, no litoral paulista, entre São Sebastião e a atual Ubatuba. Deu-se então a troca de reféns, para assegurar a lealdade de ambas as partes. Ou, como diz Anchieta, “*ut unus aut duo morerentur homines pro populo et non tota gens periret*”.³ Daqui em diante iremos freqüentemente deixar falar o próprio Anchieta, que descreve o evento em uma de suas notáveis cartas.

Chegados à praia, pusemo-nos de joelhos dando graças a Nosso Senhor e desejando abrir-se já alguma porta, por onde entrasse a sua graça a esta nação que tanto tempo está apartada dela.

E mais adiante:

Em o primeiro domingo depois que saímos, fizemos um altar em um bosque junto ao lugar e dissemos a primeira missa naquela terra, e depois, aos 14 de maio dentro do lugar nos aposentaram em uma casa, etc.

Não se pense, porém, que tudo eram flores e sorrisos. Muito pelo contrário. Eis outro trecho. A 9 de junho, correram grande risco, “o maior ou, ao menos, dos maiores que o Pe. Manuel da Nóbrega teve em sua vida”. Acossados pelos índios

houveram os padres de percorrer à pressa toda a praia, atravessar o riacho, encharcando-se totalmente, subir o monte, arrastar-se por matos espinhosos e refugiar-se na cabana do velho chefe, infelizmente ausente. Aí puseram-se a rezar as vésperas à espera da morte. Mas Deus tocou* de tal modo os corações àquelas feras que o próprio filho de Pindobuçu afastou-se dizendo: “Eu vinha a fazer isto e aquilo, mas quando entrei a ver os padres e lhes falei, caiu-me o coração e fiquei todo mudado e fraco; eu não os matei que vinha tão furioso, já nenhum os há de matar ainda que todos os que vierem hão de vir com o mesmo propósito e vontade”. (p. XVI)

Anchieta termina essa angustiada narração observando:

Não é mister mais, senão que, dali em diante, cada dia bebíamos muitos tragos de morte.

Aos 20 de junho teve Nóbrega de retornar a São Vicente, sem que as pazes tivessem sido concertadas. Despedia-se de Anchieta com muitas lágrimas,

* No texto está “trocou”.

e ao Apóstolo do Brasil coube ficar sozinho, visitado de tribulações. Eis reflexões suas nessas horas tormentosas:

Conhecendo de todo a grão falsidade daquela gente e sua pouca constância no bem começado e a muita arte para dissimular maldades que determinam cometer, acabei de persuadir-me que mui pouca coisa bastava para os mover a nos dar a morte, e determinei-me de me dar mais intimamente a Deus, procurando não só achar-me mais aparelhado para recebê-la, mas também desejá-la e pedi-la a Deus N. S. com contínuas orações e inflamados desejos!

Lembra Anchieta que também era prática dos indígenas dar aos hóspedes as filhas e irmãs por esposas, havendo a recusa por ofensa. Compreende-se a melindrosa situação do piedoso jesuíta, que tentava explicar-lhes, sem que chegassem a compreender, o motivo da impossibilidade de aceitação da confraternizadora oferta.

Em Piratininga chegou-se a falar na morte de Anchieta. Nóbrega angustiava-se com a falta de notícias. Finalmente voltou Cunhambeba, o chefe indígena encarregado do tratado de paz e com boas notícias. Só então Anchieta partiu em liberdade.

Os sofrimentos de Iperoígue Anchieta sublimou-os num longo poema em dísticos elegíacos, dedicado a *De Beata Virgine Dei Matre Maria*. É voz corrente tê-lo escrito nas areias da praia, abrasado de Fé, e havê-lo retido por inteiro na memória. Pero Rodrigues, o primeiro biógrafo do recém-beatificado jesuíta, diz a respeito:

Ia-se à praia passear e ali, sem tinta nem papel, andava compondo a obra, valendo-se somente da sua rara habilidade e memória extraordinária e sobretudo do favor da Senhora, por cuja honra tomara aquela devota empresa. E desta maneira compôs a obra toda e a encomendou ou fechou no cofre da fiel memória, para dali a alguns meses, depois de sair de cativo, a desenrolar e escrever, como escreveu, na nossa casa de São Vicente.⁴

O poema, como se sabe, foi editado na íntegra (texto latino, versão, introdução e notas), em 1940, publicação do Arquivo Nacional, pelo Revdm. Pe. Armando Cardoso, S. J., um dos beneméritos da obra anchietana.

O outro episódio refere-se à pretensa execução de João de Bolés, ou João Cointa, doutor da Sorbonne e Senhor de Bolés.

O Pe. Pero Rodrigues, seu contemporâneo, nada nos diz sobre o controvertido enforcamento. No entanto, o Pe. Simão de Vasconcelos, autor de uma *Vida do venerável Pe. José de Anchieta* (outro jesuíta do século XVI), deu curso à informação de que João de Bolés, calvinista convertido pelo próprio

Anchieta, fora condenado à pena máxima. “Como, na execução, o carrasco se mostrasse inepto”, escreve Capistrano de Abreu, “o jesuíta o admoestou e industriou o carrasco, para andar mais depressa, receoso de que o converso de gênio impetuoso, indomável, num arranque de cólera, revogando as convicções recentes, inutilizasse toda a obra tão laboriosamente acabada. O jesuíta chamava-se José de Anchieta; o francês, senhor de Bolés”.⁵

O mais curioso é que o próprio Anchieta, referindo-se a tão estranha personagem, nem de longe alude ao fantasioso evento. Eis o que se lê em *Informações e Fragmentos Históricos*:

Um dos moradores desta terra era um Joannes de Bolés, homem douto nas letras latinas, gregas, hebraicas e mui lido na escritura sagrada, mas grande herege. Este, com medo de Villegaignon, que pretendia castigá-lo por suas heresias, fugiu com alguns outros para São Vicente, nas canoas dos tamoios que iam lá à guerra com título de os ajudarem e, chegando à fortaleza de Bertioga, meteu-se nela com os seus e se ficou em S. Vicente. Ali, começou a vomitar a peçonha de suas heresias, à qual resistiu o padre Luís da Gran e o fez mandar preso à Bahia e daí foi mandado pelo bispo D. Pedro Leitão a Portugal, e de Portugal à Índia, e nunca mais apareceu.⁶

Acrescenta Brasília Machado, de quem tiramos a informação supra, que: “Quando não bastasse um testemunho tão cabal, em reforço viria a *Annuæ* do padre Luís da Gran, escrita anos antes, a 26 de junho de 1562, e que dá o mesmo destino a João de Cointa, senhor de Bolés.”

Ajuntemos que estudos posteriores só fizeram confirmar as palavras de Anchieta. Estão nesse caso os artigos de Cândido Mendes, Ramiz Galvão e Pe. Américo Novais. “Todos esses trabalhos”, salienta Brasília Machado, “estão firmados em documentos indestrutíveis e apontam a má fé ou a ignorância dos que ainda tentam marear a piedosa reputação de Anchieta”.⁷

Um historiador de categoria intelectual de Capistrano de Abreu, em pequeno estudo sobre a questão, põe este fecho ao debate:

Pela história contada por Paternina e Simão a execução de Monsieur de Bolés, em que Anchieta representava tão singular papel, ocorreu em 1567, um ano depois dessas publicações. É, porém, possível que a Inquisição, que se reservara a licença para Bolés sair do Reino, lhe permitisse tornar à Colônia, que ele escandalizara com seus destemperos? É pelo menos tão improvável como se consentisse que tornasse à França tão grande conhecedor deste país, cujas entradas e saídas praticara, e que só podia fazer mal à nossa terra. Por isso nada se opõe, antes de tudo impõe a aceitação do testemunho do próprio Anchieta. Bolés foi mandado para a Inquisição de Lisboa: depois foi para a Índia e não mais apareceu.⁸

O assunto parece, aliás, inteiramente morto. A beatificação do Apóstolo do Brasil encerra definitivamente a questão.

Esses curtos dados biográficos do beato José de Anchieta podem servir de introdução à obra ciclópica da evangelização do Novo Mundo, de que os jesuítas foram inextinguíveis artífices.

Quando da passagem do tricentenário da morte de Anchieta, o grande escritor e ensaísta que foi Eduardo Prado organizou em São Paulo uma série de doze conferências comemorativas do acontecimento, infelizmente interrompidas – a tanto vai a intolerância cientificista! – “pela reação da má vontade irreligiosa”, para falar com Américo Jacobina Lacombe. A Comissão Nacional para as Comemorações do Dia de Anchieta reuniu em volume três dessas conferências, sob o título *Conferências Anchiéticas*, e, de uma delas, a de Brasília Machado, já nos utilizamos na primeira parte desta nossa palestra. Agora, na segunda parte, vamos utilizar-nos dos outros dois belos estudos, o do próprio Eduardo Prado e o de Joaquim Nabuco.

Eduardo Prado vê a ação evangelizadora dos jesuítas sob dois prismas: o da sobrenaturalidade, que inspirou Inácio de Loiola a fundar a Companhia de Jesus, e o da temporalidade, que fez da colonização do Brasil uma colonização portuguesa.

Segundo o denodado autor da *Ilusão Americana*, houve três métodos aplicados pelos colonizadores europeus nas terras conquistadas. Ao primeiro chamou, não sei se por ironia, “científico”, pois consiste na destruição dos primeiros ocupantes do solo. “Foi”, disse, “o que fizeram os espanhóis nas Antilhas, no primeiro ímpeto de sua cobiça, antes que a Igreja e sobretudo os jesuítas se tivessem interposto entre os fortes e os fracos para a salvação destes. É e foi este o método norte-americano, que tem prevalecido, apesar dos protestos e dos esforços das almas generosas. É este o método inglês no Cabo da Boa Esperança, na Austrália e na Nova Zelândia”.⁹

O segundo método denomina-o Eduardo Prado “mercantil” e ajunta que dele os mais expressivos exemplos foram dados por ingleses e holandeses. É o método da dominação pelo dinheiro. Lembra Eduardo Prado um provérbio da época: “Os ingleses, ao passarem ao Extremo Oriente, deixam a consciência no Cabo da Boa Esperança para retomá-la na volta”. E explicita:

Neste comércio o europeu engana pelo dolo e pela astúcia, desmoraliza pelos seus maus costumes, envenena pelo álcool ou pelo ópio, contamina e mata pelas suas doenças as populações nativas.

Ao terceiro método chama Eduardo Prado sem reboços “católico”. Na sua opinião foi esse o método aplicado pelos portugueses na colonização do

Brasil, através principalmente da catequese jesuítica. Antecipando-se a certas idéias de Gilberto Freyre, podemos dizer que Eduardo Prado viu na indiscriminação racial dos portugueses, que procriavam com as negras e as índias, a solução ideal para o sadio convívio que poderemos traduzir também com a palavra “mestiçagem”. Não se trataria, simplesmente, de desdobramentos sexuais, mas de algo mais enraizado, ou seja, do sentimento de que todos pertencemos a uma só raça, a de filhos do mesmo Deus, criador e onipotente. Vejam-se, por exemplo, estas palavras do famoso publicista:

Ufane-se aquela* de todas as suas grandezas; tenhamos nós o nosso orgulho; é o de sermos um povo que deve a sua existência não à trucidção de uma raça inteira, hecatombe que o Protestantismo não impediria no Sul, como não soube impedir noutras regiões, mas à fusão de raças opostas de origem, e que o Catolicismo, renovando o seu antigo prodígio da cristianização e da absorção dos bárbaros, soube também na América ensinar, civilizar, abençoando a união fecunda das raças, de que deviam brotar tantas nações.

Tais palavras ditas hoje, quando se volta a agitar o problema da sobrevivência das etnias indígenas, devem levar-nos a algumas reflexões.

E a primeira há de ser a de se louvar a firme atitude jesuítica de defender a liberdade e a vida dos indígenas, o que fizeram tenazmente, indo até ao sacrifício extremo de si mesmos. E a segunda, exatamente na linha da miscigenação, que, permitindo a fusão de raças, diluiu e não exterminou o sangue brasileiro. Foi daí que surgiram o mameluco e o caboclo, o primeiro figura de proa na epopéia do bandeirantismo, o qual, sublinha Eduardo Prado, “não teria aparecido, se a catequese, a redução, o aldeamento, isto é, a domesticação do índio não tivesse sido feita pelos jesuítas”. Quanto ao caboclo, é o homem do sertão ou da Amazônia, vaqueiro ou seringueiro, pequeno agricultor, supersticioso, místico, romântico, valente às vezes até à crueldade.

Na obra da catequese procederam os jesuítas com sabedoria e prudência, sobretudo com amor.

De certo modo a catequese era uma experiência inédita para os inacianos. Tinham vindo encontrar uma população de costumes praticamente desconhecidos, vivendo desnudos, em aparente promiscuidade, dados a práticas repugnantes, como a antropofagia e ainda, psicologicamente, naquela fase pré-lógica, a que se reportou Lévy-Bruhl.

Os primeiros informes sobre os “brasis” se encontram na famosa *Carta de Pero Vaz de Caminha*. O escrivão da nau cabralina, aliás, deixou-se impres-

* Refere-se aos Estados Unidos da América do Norte.

sionar bastante bem pela presença de nossos indígenas, particularmente das indígenas, e a maior parte de seu relatório se ocupa com tão curiosos personagens. E deles recolheu boa imagem:

Parece-me gente de tal inocência que, se homem os entendesse e eles a nós, seriam logo cristãos, porque eles, segundo parece, não têm, nem entendem em nenhuma crença.¹⁰

Para Thales de Azevedo, já se delineava o mito do bom selvagem:

Nessas impressões estão em gérmen as doutrinas sobre a bondade natural do homem que viriam a ser desenvolvidas por filósofos europeus que leram as crônicas das descobertas e que se encontravam com indígenas levados da América à Europa no século XVI.¹¹

Mas o contato com a realidade sócio-cultural teria de escurecer um tanto as tintas quase idílicas desse quadro. Certos vícios arraigados os padres lutavam muito para extirpar: a antropofagia, a poligamia, a embriaguez. Demais, eram fáceis de doutrinar, mas também mais fáceis de esquecer no dia seguinte aquilo que haviam aprendido antes.

O padre Afonso Brás escreve do Espírito Santo:

Não ousou aqui batizar esses gentios tão facilmente, ainda que o pedem muitas vezes, porque me temo de sua inconstância e pouca firmeza, senão quando estão em artigo de morte. Tem-se cá muito pouca confiança neles porque são mudáveis, e parece aos homens impossível poder estes vir a ser bons cristãos, porque aconteceu já batizar os cristãos alguns, e tornarem a fugir para os gentios e andam lá piores que dantes, e tornaram-se a meter em seus vícios e comer carne humana...¹²

Aspicuelta Navarro, vindo do interior da Bahia, lamenta-se:

Daqui fui bastante triste para outras aldeias, onde também lhes disse cousa de Nosso Senhor; e folgaram de as ouvir, mas logo se esqueciam, mudando o sentido em seus vinhos e guerras.

Essas queixas repetem-se em vários tons. Daí surgiu a tese de alguns historiadores e sociólogos como os profs. Mecenas Dourado e Florestan Fernandes de que o gentio não era passível de conversão. Nesse caso, a obra de catequese, além de um fracasso, teria sido uma violência, ainda que praticada com piedosa intenção. Escreveu mesmo a respeito o Prof. Mecenas Dourado um trabalho. *A Conversão do Gentio*. Procura nesse ensaio alicerçar a sua tese em documentação de origem jesuítica, basicamente no *Diálogo sobre a conversão do gentio*, do Pe. Manuel da Nóbrega, editado primeiro pela nossa Academia Brasileira em 1931 e posteriormente pelo Pe. Serafim Leite, 1954, que fez a melhor leitura do manuscrito. O prof. Mecenas Dourado reproduz em

seu livro citado o *Diálogo**, com as correções introduzidas pelo Pe. Serafim Leite.

Na página 34 do referido livro, afirma o prof. Mecenas Dourado:

A tese que aí se expõe, como remate de dez anos de experiência dos padres, é que o gentio brasileiro, por condições que lhe são próprias, é inconvertível à fé católica.

Essa conclusão do prof. M. Dourado parece-me um tanto apressada. Vejamos de que se trata.

No *Diálogo*** põe Nóbrega dois interlocutores: o Irmão Gonçalo Álvares, bastante desesperado da conversão dos índios, e Mateus Nogueira, “ferreiro de Jesus Cristo”, o qual não prega com palavras, mas fá-lo com obras e marteladas.

Limitar-nos-emos a algumas transcrições que nos pareceram mais expressivas. Vejam-se as palavras iniciais do Irmão Gonçalo Álvares:

Por demais é trabalhar com estes! São tão bestiais, que não lhes entra no coração coisa de Deus! Estão tão encarniçados em matar e comer, que nenhuma outra bem-aventurança sabem desejar! Pregar a estes é pregar em deserto de pedras.

Note-se o tom emocional e exclamativo dessa entrada *in medias res*, verdadeiro desabafo.

A isso retruca o ferreiro em termos solidários e acaba por dizer:

... e como este gentio não adora nada, nem crê nada, tudo o que lhe dizeis se fica nada.

E, respondendo a outra intervenção de Gonçalo Álvares, reforça o que dissera antes:

Uma coisa têm estes pior de todas, que quando vêm a minha tenda, com um anzol que lhes dê os converterei a todos, e com outro os tornarei a desconverter, por serem inconstantes e não lhes entrar a verdadeira fé nos corações.

Mais adiante é o próprio Gonçalo Álvares quem fala:

Tudo provam logo e com a mesma facilidade que dizem *pâ* dizem *aani*. E se algumas vezes chamados dizem *neim tia* é pelos não importardes. E mostra-o bem a obra, que se não é com o bordão não se erguem. Para beber nunca dormem! Esta sua facilidade de tudo lhes

* A referência é ao texto do *Diálogo* de Nóbrega.

** Utilizamos-nos do texto que vem em Apêndice ao livro do Prof. Mecenas Dourado.

parecer bem, acompanhada com a experiência de nenhum fruto de tanto *pã*, tem quebrado os corações a muitos.

Prosseguindo na conversa, o Irmão Gonçalo Álvares quer saber do ferreiro que opinião tem ele do gentio, pois muito conversa com eles. A isso replica Mateus Nogueira:

Ainda que, segundo me parece deles, para este fim de se converterem e serem cristãos, não há mister muita inteligência, porque as obras mostram quão poucas mostras eles têm de o poder vir a ser.

O bom do catequista está cheio de dúvidas e chega a indagar do ferreiro: “Dizei-me, Irmão Nogueira, esta gente são próximos?”. Ao que responde singelamente o interrogado: “Parece-me que sim”.

Mesmo com tal resposta, o Irmão Gonçalo Álvares ainda duvida:

Pois a pessoas mui avisadas ouvi eu dizer que estes não eram próximos, e porfiam-no muito, nem têm para si que estes são homens como nós.

Curiosamente, o Irmão Gonçalo Álvares é quem mais duvida da própria natureza humana dos indígenas, pois adiante indaga:

Dizei-me, Irmão, por amor de Nosso Senhor, não há entre meus irmãos e padres quem esteja da parte deste negros* ? E mais uma vez o ferreiro fala verdade com simpleza:

Todos, porque todos os desejam converter e estão determinados de morrer na demanda.

Vê-se que o tom começa a mudar. A catequese é difícil, quase impossível; mas o serviço de Deus não conhece muralhas. O Irmão admite que o gentio “com medo venha a tomar fé”. Mas o bom senso do ferreiro logo retruca: “E isso que aproveitaria, se fossem cristãos por força e gentios na vida e nos costumes e vontade?”. Então Gonçalo Álvares pondera:

Aos pais, dizem os que têm esta opinião, que pouco; mas os filhos, netos e daí por diante o poderiam vir a ser, e parece que têm razão.

A seguir o irmão insiste com o ferreiro para ser mais explícito, e há como que uma conversão no diálogo, pois o ferreiro é que vem a doutrinar o irmão. Com efeito, observa que “a caridade tudo faz e derrete” e, quando Gonçalo Álvares se mostra incrédulo quanto aos índios terem alma, o ferreiro logo responde: “Isto está claro, pois a alma tem três potências: entendimento, memória, vontade, *que todos têm*” (o sublinhado é meu).

* Diziam-se então “negros” todos os homens de pele escura; aos negros ppte. ditos chamavam “pretos”.

E antes já havia observado que “tanto vale diante de Deus por natureza a alma do Papa, como a alma do vosso escravo Papaná”. Em continuação adverte: “Sabereis como o ofício de converter almas é o mais grande de quantos há na terra e por isso requer o mais alto estado de perfeição que nenhum outro”. E a seguir define o catequista:

Há de ter muita fé, confiando muito em Deus e desconfiando muito em si; há de ter graça de falar mui bem a língua; há de ter virtude para fazer milagres quando cumprir, e outras graças muitas, que tinham os que converteram gente, e sem isso não tenho ouvido que ninguém se convertesse. E vós quereis converter sem nada disso, e que de graça sejam logo todos santos? Esse seria o maior milagre do mundo.

Portanto, o que se pode depreender desse diálogo é que se tratava de um irmão bisonho, fraco na doutrina e fraco na vontade. O ferreiro, personagem simbólica, pois se trata da frágua de Deus, é quem põe as coisas nos seus devidos termos. Converter é obra divina, é obra que pressupõe a Graça e que, por conseguinte, não pode ser praticada com meios puramente humanos. Daí que até a aculturação do gentio não pode ser obtida por meios exclusivamente naturais, ainda que adornados com o epíteto de “científicos”, pois, sem caridade e amor, o civilizado nada ou muito pouco irá conseguir do aborígine.

Como teriam os jesuítas enfrentado o problema?

A acusação de que teriam procurado forçar a aculturação do indígena, perturbando-lhe a integração no meio social, não é procedente, em particular quando formulada de maneira um tanto sumária.

Não há de se exigir dos padres daquela época, em luta contra a maré montante do Protestantismo, que tivessem das culturas não europeias uma compreensão heterocêntrica. Mas, sem os dados de que dispõe a ciência moderna, pode-se dizer que a sua atuação foi admirável.

Um de seus primeiros intentos foi procurar o entendimento do psiquismo dos silvícolas. “Os jesuítas estudaram a fundo o caráter dos índios”, diz o Pe. Serafim Leite.¹³ E o objetivo, dificulosamente alcançado, é verdade, era despertar neles “uma consciência nitidamente humana, com sentimento profundo da responsabilidade, transformando aquelas crianças grandes em homens verdadeiramente civilizados, morigerados, cristãos, – que é o próprio fim da catequese, por amor de Deus” (II, 10). Desta forma buscaram reformá-los, mas, na medida do possível, respeitando-lhes os padrões culturais. Ouçamos ainda o Pe. Serafim Leite:

A questão da conversão dos índios do Brasil não era, pois, doutrinária; era questão de costumes. Requeria a boa prudência que se permitissem os (costumes) indiferentes ou secundários para atrair os índios com

mais suavidade e os levar a abandonar, com mais prontidão, costumes fundamentalmente maus, como eram, entre outros, a antropofagia e a poligamia. (II, 12)

Entre os costumes secundários incluíam-se, por exemplo, a maneira de enterrar os mortos com cantorias, as suas danças e folguedos, os enfeites no corpo e nos cabelos.

Ao lado dos preceitos religiosos e morais, os jesuítas sempre colocaram os bens da inteligência; por isso não descaram da instrução do gentio. Logo que chegavam, abriam escolas elementares para o ensino da arte de ler e escrever, estabeleciam pequenos seminários, arrebanhavam para as aulas os espertos curumins. Os jesuítas consideravam-nos inteligentes, as crianças aprendiam a ler depressa, ajudavam na missa; em certos casos, já crescidinhos, colaboravam até na catequese.

Quanto ao processo da evangelização, passou por três fases: a das *missões volantes*, a do *aldeamento* e a da *sojigação* (esta terceira fase é acrescentada pelo prof. Mecenaz Dourado).

Na fase das missões volantes, o padre ia alcançar o indígena onde estivesse e, por assim dizer, doutrinava-o *in loco*.

O método era inoperante, porque, mal se afastavam os jesuítas, o silvícola retornava ao seu meio e a todos os hábitos a ele inerentes, fossem bons, maus ou indiferentes. Demais, estavam sempre sujeitos à cobiça e crueldade dos colonos, que os dizimavam ou procuravam reduzi-los ao cativo. Surgiu daí a idéia de formar pequenas comunidades, administradas pelos jesuítas, que preservassem a liberdade e incolumidade do indígena, e onde pudessem com maior continuidade exercer o munus catequético. A esses núcleos missionários chamou-se “aldeamento”. O sistema deu resultados e permitiu uma catequese real e efetiva. Diz o Pe. Serafim Leite: “Soara a hora dos aldeamentos, a modalidade mais eficaz e original da colonização cristã do Brasil, primeira semente das célebres reduções” (II, 45).

A terceira fase, para o prof. M. Dourado, seria um desdobramento da segunda, nos aldeamentos poderiam os padres sujeitar com mais eficiência o aborígine. Liga o mesmo professor a essa fase o nome do terceiro Governador Geral, Mem de Sá, porque este realmente deu todo o apoio ao método do aldeamento. Daí dizer M. Dourado:

A providência fundamental de Mem de Sá, como dissemos, foi ajuntar o índio em aldeamentos policiados, pequenos campos de concentração sob a jurisdição espiritual dos padres que orientavam, naturalmente, a jurisdição temporal que emana do governador.

Essa aplicação de uma expressão moderna própria dos regimes totalitários a uma instituição simultaneamente espiritual e temporal do passado não é exata. Por certo não se havia de esperar a existência, nos aldeamentos, de uma organização do tipo democrático, com assembleias gerais, plebiscitos, eleições, etc. Ainda hoje os indígenas em estado nativo são havidos como relativamente incapazes, não possuindo, portanto, direitos políticos. O fundamental eram os objetivos que se tinham em vista, os quais podemos definir como a conquista das almas para Deus, com todas as conseqüências de ordem espiritual, moral, cultural que esse *desideratum* implica. Na verdade, não são os métodos catequéticos que estão em causa e sim os próprios valores da civilização cristã. Pois ou se reconhecem e proclamam esses valores, e se há de bendizer a catequese, ou se negam tais valores, e se há de lamentar a catequese.

Outro aspecto da atividade missionária dos jesuítas, que demonstra o seu respeito pelos valores culturais que não entrem em conflito com a espiritualidade cristã, foi a preocupação com o aprendizado da língua dos silvícolas. Assinala o Pe. Serafim Leite: “Uma das regras da Companhia de Jesus é que todos aprendam a língua da terra onde residem, se não virem que é mais útil a sua própria” (II, 545). E assim procederam os jesuítas no Brasil.

Difundindo a “língua da terra” sob a forma de “língua geral”, muito contribuíram para o alargamento do uso do tupi em nossa pátria. Mas não se pode prender uma coisa a outra, isto é, não se há de fazer depender a sobrevivência da língua tupi da presença dos jesuítas no Brasil. Os inácianos, por assim dizer, combatiam em duas frentes: se aprendiam o tupi, também ensinavam o português, o que fizeram desde que pisaram pela vez primeira a terra brasílica.

José de Anchieta, humanista transplantado para a selva brasileira, não esquecia as origens européias. Por isso não só adquiriu a língua dos selvagens, mas estudou-lhe ainda as regras e assim compôs a primeira gramática que se publicou da língua tupi, obra de valor ímpar do século XVI: *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (Coimbra, 1595). Desse livro disse com entusiasmo, um tanto exagerado, o Pe. Serafim Leite:

É a primeira gramática publicada na língua tupi-guarani, monumento de inapreciável valor lingüístico e filológico, glória da Companhia de Jesus no Brasil, o fato que deu a Anchieta maior renome. (II, 550)

O exagero está na parte final do período, pois não foi a *Gramática* o fato que deu a Anchieta maior renome e sim a sua incansável e assombrosa ação apostolar em terras brasileiras, a qual o levou recentemente aos altares, no glorioso pontificado de João Paulo II.

Desses vários métodos jesuíticos de aculturação do indígena nenhuma figura mais representativa que a de José de Anchieta. Aprendeu a língua dos

aborígenes, deu-lhe forma gramatical, compôs autos e poesias para edificação do gentio, consumiu a sua precária saúde, que Deus quis prolongar, em benefício daquele povo que ele tanto amava, em certos momentos fez da própria vida um holocausto à catequese. Como estamos longe daquela “sojigação” a que se refere o prof. Mecenas Dourado, da visão dos aldeamentos como campos de concentração, da pretensa escravização do índio com o fito de grossas rendas (?) para proveito dos jesuítas, dos colonos, do próprio rei! Um antropólogo isento como Thales de Azevedo pinta-nos realidade inteiramente diversa:

Seguidas essas sábias instruções, a conversão dos pagãos far-se-ia por um autêntico processo aculturativo de reinterpretação de ritos e crenças, sem a ruptura dos quadros institucionais e sem a desnecessária substituição de materiais assimiláveis.¹⁴

Temos aqui a verdadeira imagem da catequese jesuítica no Brasil. E, como diz o Pe. Serafim Leite: “Esta é a grande honra de Portugal. Nenhum outro país colonizador (exceto a Espanha) fez de catequese a base da colonização” (II, 4).

Isto mesmo viram espíritos lúcidos e bem formados como o de Joaquim Nabuco. São de sua conferência na oportunidade do tricentenário da morte de Anchieta:

Acreditais, se não fosse o Catolicismo, que o Brasil seria o grande bloco de continente que vai das Guianas do Amazonas às Missões do Paraná? Acreditais, se não fosse o Catolicismo, que esse território não se teria, pelo menos, dividido em três ou quatro imensos fragmentos, um huguenote, outro holandês, o terceiro espanhol, o quarto, apenas, brasileiro, como o somos hoje?¹⁵

E, linhas abaixo:

Quanto à população, acreditais que sem o Catolicismo tivesse sido possível fundir, pelo modo por que o foram, em uma nacionalidade homogênea, o indígena, o português e o africano?

Creio que, no momento em que, providencialmente, Anchieta, o Apóstolo do Brasil, recebe a beatificação a que o país todo aspirava, cumpre-nos volver integralmente a nossa alma para o seu exemplo e nele buscarmos força e remédio para a gravidade dos males que nos afligem. Não será na luta sem quartel, na fuga para os alucinógenos, no desbragamento dos costumes, na desagregação da família, na licenciosidade corruptora, na permissividade sexual, no desrespeito e no cinismo que o mundo moderno encontrará salvação. Tudo isso são sintomas de uma alarmante decadência, que virá a ser fatal, se prestimosamente não acudirmos com a terapêutica do bem, da caridade, da justiça e do amor, de que Anchieta foi exemplo vivo. Seja ele a nossa inspiração

nesta hora conturbada. A causa de tamanhos sofrimentos, como já vira Joaquim Nabuco, está na avalanche materialista que nos afoga, mas que, curiosamente, se apresenta como a solução capaz de fazer emergir a sociedade presente do caos em que cada vez mais submerge. Eis por que nos parece o melhor fecho para esta descolorida homenagem estas palavras candentes e proféticas do espírito de eleição que foi Joaquim Nabuco:

O que ameaça o princípio religioso no Brasil é o indiferentismo que está em nossos espíritos: é o abandono das gerações futuras à sua sorte, qualquer que esta possa ser, grave sintoma de atrofia nacional. Em tais condições, o centenário de Anchieta toma o caráter de um apelo a nossa consciência religiosa; a voz que nos vem do humilde santuário de Reritigbá é o generoso e largo hausto da vida dos espíritos e corações, que qualquer presente asfixiaria, por mais extenso que fosse, é que só podem respirar e mover-se em futuros que confinem com a eternidade; é a ambição infinita de Nóbrega, a quem 'o Brasil todo parecia pouco para a dilatação e o conhecimento do nome de Deus'. Possa, por um milagre póstumo, a coligação, a comunhão dos Nóbregas, Anchietas e Inácios de Azevedo fazer reflorir na terra de Santa Cruz o emblema que eles plantaram; possa o amplius! amplius! de Francisco Xavier chegar outra vez até ela, porque aqui há de novo uma grande nação católica a criar.

Referências Bibliográficas

- 1 – MACHADO, Brasília. Anchieta,. Narração da sua vida. *Conferências Anchietanas*. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1979, p. 47
- 2 – p. 57
- 3 – ANCHIETA, S. J. Pe. José de. *Poema da Bem-Aventurada Virgem Mãe de Deus Maria*. Rio de Janeiro, publicações do Arquivo Nacional, 1940, p. XIV
- 4 – p. XXIV
- 5 – ABREU, Capistrano de. *Ensaios e Estudos*. 3.^a série, 2.^a ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, Brasília, INL, 1976, p. 4
- 6 – MACHADO, Brasília. *Loc. cit.*, p. 69
- 7 – p. 68, nota 42
- 8 – ABREU, Capistrano de. *Loc. cit.*, p. 16
- 9 – PRADO, Eduardo. O Catolicismo, a Companhia de Jesus e Colonização do Brasil. *Conferências Anchietanas* (ut supra) p. 23
- 10 – CORTESÃO, Jaime. *A Carta de Pero Vaz de Caminha*. Rio de Janeiro. Livros de Portugal, 1943, p. 233
- 11 – AZEVEDO, Thales. Catequese e Aculturação. *Ensaios de Antropologia Social*. Salvador, Livraria Progresso Editora, 1959 (data do Prefácio), p. 41

- 12 – DOURADO, Mecenas. *A Conversão do Gentio*. Rio de Janeiro, Livraria São José, 1958, p. 68-69
- 13 – LEITE, Pe. Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Lisboa-Rio de Janeiro, 10 vols., 1938-1950, II
- 14 – AZEVEDO, Thales. *Loc. cit.*, p. 38
- 15 – NABUCO, Joaquim. Significação nacional do centenário anchietano. *Conferências Anchietanas* (ut supra), p. 82

No *Jornal do Brasil*, de 22 de agosto de 1980, Tristão de Athayde publicou um artigo intitulado *Anchieta e Bolés*, onde perfilha a informação, havida hoje por inconcussa, de que Bolés “foi mandado pelo Bispo Dom Pedro Leitão a Portugal e de Portugal à Índia e nunca mais apareceu”. Mas, quando esse artigo apareceu, a minha palestra já tinha sido escrita.

(*Revista das Letras*, Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará, ano 1981/82, vol. 4-5, n.º 2/1)

*

500 Anos de Brasil

“E assim seguimos nosso caminho por este mar de longo, até que, terça-feira das Oitavas de Páscoa, que foram vinte e um de abril, estando dita ilha obra de 600 ou 670 léguas, segundo os pilotos diziam, topamos alguns sinais de terra, os quais era muita quantidade de ervas compridas, a que os mareantes chamam botelho, assim como outras a que dão o nome de rabo-de-asno.”

Com estas palavras, bem conhecidas, da pena do escrivão da frota cabralina e cidadão do porto, Pero Vaz de Caminha, nascia o Brasil. A Carta, disse-o muito bem o sempre inspirado Afrânio Peixoto, tão saudoso quanto esquecido (fala-se muito atualmente no grupo dos “excluídos”, mas a ele temos de somar o não menos importante grupo dos “esquecidos”) é a nossa certidão de batismo.

Desde 21 de abril até nossos dias, percorreu o Brasil meio milênio de História, que vem sendo pesquisada em várias dimensões: a narrativa, a política, a econômica, a ideológica. Vamos assumir a perspectiva cultural, dado que se trata da comemoração dos 75 anos da fundação de uma Universidade. Primeiros anos de vida, se compararmos por exemplo, com os sete séculos de sua congênere portuguesa, fundada por el-rei D. Dinis. Mas o momento histórico já é outro, pois cada nova Universidade que se cria tem, atrás de si, toda uma herança cultural que a faz nascer adulta. A nossa data de 7 de setembro de 1920 se deve a ato do Presidente Epitácio Pessoa. Surgiu como Universidade